

O Vestibular do Provão

JOSÉ CARLOS ROTHEN *

* Mestre em Filosofia, Doutorando em Educação pela Unimep., Professor das Faculdades Integradas Maria Imaculada e da Faculdade Santa Lúcia.

Recebimento:28/08/02

Aprovação:10/02/2003

Resumo: O artigo é uma contribuição ao debate sobre o Exame Nacional de Cursos, aplicado anualmente pelo Ministério da Educação. Neste trabalho pretende-se mostrar que os conceitos divulgados pelo Ministério da Educação, ao invés de apresentarem a eventual qualidade dos cursos de graduação, a escondem ou distorcem. Para o estudo são utilizados como dados primários as notas de corte para os conceitos "A", "B", "C", "D" e "E" atribuídos, desde 1999, às áreas que são avaliadas por esse instrumento. Ao compararem-se as notas de corte com a nota obtida pelo curso de melhor desempenho de cada área observa-se que há discrepâncias significativas quanto ao desempenho entre as áreas.

Palavras Chave: Exame Nacional de Cursos; Provão; Avaliação de cursos; Ensino Superior.

Abstract: The paper is a contribution to the debate about the Brazilian Ministry of Education's national undergraduate program evaluation exam (Provão). Its intention is to show that the grades published by the Ministry of Education, instead of showing the quality of undergraduate programs, hide it and distort it. For the purpose of the present research the scores's limits used to evaluate the various programs since 1999 were used. When grade limits of one course were juxtaposed with those of other courses, significant discrepancies regarding performance were perceived.

Key-words: National Undergraduate Program Exam; Provão; Undergraduate Program Evaluation; Higher Education.

O Exame Nacional de Cursos (Provão), implantado a partir de 1995, é decorrente da política para o sistema universitário do governo Fernando Henrique Cardoso, que reduz o papel das Instituições de Ensino Superior à formação de profissionais e que entende que o papel do Estado é o de determinar as regras para

1 Texto vinculado à pesquisa interinstitucional *Formatos avaliativos e concepção de docência*, desenvolvida com o apoio da FAPERGS e do CNPq.

o funcionamento do sistema e de controlar através de avaliações o desempenho das Instituições. A preocupação maior não é a vinculação do Sistema Universitário com uma proposta de nação, tanto no campo econômico, como nos campos da ciência, da cultura e da política, mas com a eficiência e a produtividade. Segundo Sguissardi (1997, p. 52),

Fica evidente, tanto pelos documentos oficiais mais importantes quanto por pronunciamentos dos titulares do MEC (...) que as propostas oficiais de avaliação se fundam invariavelmente, apesar da linguagem mais ou menos disfarçada, na idéia de eficiência, de produtividade, correspondentes à concepção neoliberal de modernização.

As experiências de avaliação sistemática do Sistema Universitário iniciam no Brasil na década de 80 com o “Programa de Avaliação da Reforma Universitária” (PARU 1983-6) e com experiências de universidades como da UnB e da Unicamp. (BELLONI, 2000; DIAS SOBRINHO, 1997, 2000)¹ Essas experiências inspiraram o “Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras” (PAIUB), o qual concilia avaliação interna com externa, tendo como princípio que o papel da avaliação é prioritariamente emancipatório. O PAIUB apesar de ainda existir formalmente está relegado a um segundo plano pelo MEC.

O Provão é uma realidade que afeta diretamente o ensino da graduação tanto positivamente como negativamente. O maior mérito do Provão é o de ter levado as Instituições de Ensino Superior de péssima qualidade a preocuparem-se com a qualidade do seu ensino, contudo ele induz a práticas indesejáveis. Neste texto serão apontados alguns equívocos gerados pelo e em torno do Provão.

1. Currículo mínimo

O Provão conduz à homogeneização dos cursos de graduação, diminuindo o espaço para a diversificação das propostas curriculares. A preocupação na elaboração de currículos já não são as necessidades da sociedade e dos alunos, mas o atendimento das exigências dessa prova.

O currículo mínimo dos cursos de graduação está sendo estabelecido por força das tendências que podem ser identificadas nas provas através dos anos. Isto só é possível pelo fato de o Provão avaliar o produto das Instituições de Ensino, que é entendido equivocadamente como sendo a quantidade de conhecimentos profissionais transmitidos por uma Instituição e habilidades cognitivas desenvolvidas pelos formandos. A definição dos currículos a partir das tendências das provas contraria a política governamental que propõe diretrizes curri-

¹ Sobre experiências em outros países ver Almerindo Janela. Afonso (2000, p. 62-85)

culares ao invés de definir por legislação os currículos mínimos para os cursos de graduação.²

No Provão, por ser um “teste com lápis e papel, não há lugar para a avaliação da aprendizagem profunda num contexto autêntico de problemas da vida real” (SANTOS FILHO, 2000, p. 170). O provão não avalia inúmeras habilidades práticas necessárias na formação do graduando, por exemplo, não avalia habilidades relativas ao domínio de técnicas de laboratório, habilidades relativas à elaboração de projetos etc. O Provão é uma avaliação parcial do “produto” final das Instituições de Ensino Superior, parcial por não conseguir avaliar todas as características do “produto”.

2. Uso da avaliação

No discurso oficial o Provão é apenas um instrumento, entre outros, para a avaliação das instituições.³ Na realidade é o instrumento por excelência, tanto pela forma como é divulgado e pela receptividade junto à sociedade, como por ser através dele que o

MEC divulga na imprensa o ranking das Universidades. Creio que a maioria dos equívocos do Provão e das distorções que gera no sistema do Ensino Superior está tanto no uso dessa avaliação como na sua divulgação.

O uso prioritário do Provão é o de coerção, tanto por sua repercussão diante da opinião pública, ao indicar quais instituições podem ser escolhidas pelos egressos do Ensino Médio, quanto pela possibilidade que oferece de fechamento dos cursos pelo MEC. As conseqüências mais graves e temidas dessa coerção acabaram por não ocorrer. Primeiro, porque o MEC não conseguiu fechar nenhum curso com base nas notas do Provão e, em segundo lugar, porque as Instituições de Ensino Superior com má avaliação continuaram a ter “mercado”, pois está sendo muito comum egressos do Ensino Médio procurarem Instituições de baixa exigência e qualidade tendo em vista apenas a aquisição de um diploma.

O Provão conduz à homogeneização dos cursos de graduação, diminuindo o espaço para a diversificação das propostas curriculares. Dizer que a média dos estudantes no curso de Administração em 1999 é de 3,78 não significa dizer que o ensino de Administração no Brasil está reprovado.

2 As diretrizes curriculares apenas definem aspectos gerais da organização dos cursos de graduação permitindo que cada Instituição de Ensino Superior elabore a sua própria grade curricular.

3 O decreto 3860 de 9 de julho de 2001 no artigo 17 prevê as seguintes ações para avaliação dos cursos e instituições: I – “avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior”; II – “avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando”; III – “avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores” (BRASIL, 2001). Sobre a avaliação das condições de oferta ver Rothen (2001)

3. Os conceitos

Um dos equívocos da divulgação do Provão é o de, ao divulgar a média nacional em cada prova, induzir a opinião pública a comparar a média dos cursos com as notas necessárias para aprovação por um aluno em uma disciplina. Essa média não tem este significado, pois dificilmente um aluno obtém a nota 10 devido à grande quantidade de questões e de elas serem construídas para classificarem as instituições, tanto que no Anexo do curso de Administração, do Relatório-Síntese do provão de 1999 (p.16), afirma-se que uma boa questão é aquela que “separa os alunos com melhores resultados daqueles cujos rendimentos caracterizam-se como mais deficientes”, isto é, uma questão que classifica. Assim é impossível uma instituição como um todo obter a nota 10. Portanto não há equivalência entre as notas obtidas por instituições no provão e a nota obtida por um aluno em disciplinas isoladas. Dizer que a média dos estudantes no curso de Administração em 1999 é de 3,78 não significa dizer que o ensino de Administração no Brasil está reprovado.

A primeira solução para esse problema adotada pelo MEC na divulgação das notas das instituições foi de transformar essas notas em conceitos da seguinte forma: as 12% com melhor desempenho obtêm o conceito “A”, as 18% seguintes obtêm “B”, as 40% seguintes, “C”, as 18% seguintes, “D” e as últimas, “E”.

No ano de 2001 o critério utilizado foi o seguinte.

Com base na média geral e no desvio padrão, a classificação dos cursos ficará da seguinte forma: - Conceito C - cursos que tiverem seu desempenho no intervalo de meio desvio-padrão em torno da média geral; - Conceito B - cursos com desempenho entre meio (inclusive) e um desvio-padrão acima da média geral; - Conceito A - cursos com desempenho acima de um desvio-padrão (inclusive) da média geral; - Conceito D - cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre um e meio desvio-padrão (inclusive) abaixo da média geral; - Conceito E - cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão (inclusive) da média geral. (INEP, 2002)

O significado desses conceitos recorre ao imaginário da população. Por exemplo, quando um aluno obtém continuamente o conceito “A” em suas provas, os seus pais consideram que ele é um excelente aluno; por sua vez, quando ele continuamente obtém o conceito “E”, seus pais consideram que ele é um péssimo aluno. Por analogia, a sociedade interpreta que um curso que obtém o conceito “E” é um curso de péssima qualidade e os com conceito “A” são de excelente qualidade.

Os critérios de classificação das instituições nos permitem igualar o Provão aos exames vestibulares. Nesses exames, os vestibulandos concorrem a vagas no ensino superior, no Provão as instituições concorrem ao conceito “A”, “B” e “C”. Vejamos como são definidas as vagas para esses conceitos: pelo critério utilizado até o ano 2000 existiam 12% de vagas para o “A”, 18% de vagas para o “B”, 40%

de vagas para o “C”, 18% para o “D” e 12% para o “E”. Em outros termos a relação instituição/vaga para o conceito “A” no vestibular das instituições era de 8,3 instituições por vaga; para o conceito “B” a relação era um pouco melhor, 4,8 instituição por vaga; para o conceito “C” a relação era de 1,75 instituição por vaga. Com o novo critério estabelecido em 2001 o vestibular das instituições permanece; a única mudança é que o número de vagas para cada conceito não é fixa, depende da média de cada área e do desvio padrão⁴. Se para o ingresso dos alunos no ensino universitário, o vestibular, dadas suas inúmeras limitações, pode ser considerado um mal necessário para a seleção de candidatas, o vestibular das instituições pode ser considerado um mal necessário para o marketing governamental.

4. Maquiagem da realidade

A utilização de cinco conceitos, que são atribuídos por comparação entre os cursos, acarreta que a amplitude entre a menor e a maior nota para um conceito em uma área é maior ou menor que em outros. Nas tabelas abaixo são apresentadas as notas de corte para a obtenção dos conceitos e a amplitude entre a menor nota e a maior nota para cada conceito.

Tabela 1 - Resultado do Exame Nacional de Curso - ano 1999

Área	Nota Máxima	Nota Mínima para obtenção do conceito					Amplitude do conceito				
		A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Odontologia	60,3	55,2	53	46,3	42,6	32,8	5,1	2,2	6,7	3,7	9,8
Medicina	63,2	55,4	52,2	46,5	42	33,3	7,8	3,2	5,7	4,5	8,7
Direito	59,9	50,6	45,4	39,2	34,3	26,3	8,3	4,2	7,2	4,8	8
Med. Veterinária	47,4	44	39,3	28,6	25	22,6	3,4	4,7	10,7	3,6	2,4
Administração	61,9	45,2	39,7	34,4	30,7	17,9	16,7	5,5	5,3	3,7	12,8
Letras	52,3	38,4	33,6	27,1	23,4	0	13,9	4,8	6,5	3,7	23,4
Jornalismo	48,8	40,9	35,2	24,8	18,2	4,5	7,9	5,7	10,4	6,6	13,7
Engenharia Mecânica	39,6	31	23,5	17,3	12,5	1,1	8,6	7,5	6,2	4,8	11,4
Economia	52,8	33,6	27,3	22,6	19,3	1,2	19,2	6,3	4,7	3,3	18,1
Engenharia Química	32,2	25,4	21,1	11	6	4	6,8	4,3	10,1	5	2
Engenharia Civil	51,4	32,7	26,5	17,9	12,9	8,2	18,7	6,2	8,6	5	4,7
Engenharia Elétrica	70,5	50,8	40,7	24,3	17,9	11,6	19,7	10,1	16,4	6,4	6,3
Matemática	53,1	30,2	22,3	16,2	14	5,7	22,9	7,9	6,1	2,2	8,3

fonte: Inep “Exame Nacional de cursos 1999 : relatório síntese

4 Desvio padrão é um recurso estatístico que mede o erro de uma amostra, apresentando a dispersão da amostra em torno da média. Quanto menor for o desvio padrão mais homogênea é a amostra. Quanto maior o desvio padrão, mais heterogênea é a amostra.

Tabela 2 - Resultado do Exame Nacional de Curso - ano 2000

Área	Nota Máxima	Nota Mínima para obtenção do conceito					Amplitude do conceito				
		A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Odontologia	66	59,3	57,2	51,5	48,7	45,2	6,7	2,1	5,7	2,8	3,5
Medicina	55,6	50,5	45,6	39,9	36,9	19,7	5,1	4,9	5,7	3	17,2
Direito	59,8	47,7	42,5	36,2	31,9	26,5	12,1	5,2	6,3	4,3	5,4
Med.	55,2	51,9	46,1	38,6	35,4	7,6	3,3	5,8	7,5	3,2	27,8
Veterinária Administração	59,6	41,3	36,9	31,6	28,2	13,2	18,3	4,4	5,3	3,4	15
Letras	53,1	37,8	33	26,8	23,5	15	15,3	4,8	6,2	3,3	8,5
Jornalismo	61,6	51	44,5	30,8	16,2	0,1	10,6	6,5	13,7	14,6	16,1
Engenharia Mecânica	42	37,9	31,8	24,7	19,9	13,6	4,1	6,1	7,1	4,8	6,3
Economia	51,8	33,1	26,2	20	17,5	5,3	18,7	6,9	6,2	2,5	12,2
Engenharia	58,2	44,3	34,4	20,4	14,4	9	13,9	9,9	14	6	5,4
Química Engenharia	65,5	39,6	29,8	19,9	15,7	3,3	25,9	9,8	9,9	4,2	12,4
Civil Engenharia	63,2	45,4	33,3	21,2	17,3	4,6	17,8	12,1	12,1	3,9	12,7
Elétrica Matemática	60,9	22,4	16,5	13,8	12,4	10,1	38,5	5,9	2,7	1,4	2,3

fonte: Inep "Exame Nacional de cursos 2000 : relatório síntese"

Tabela 3 - Resultado do Exame Nacional de Curso - ano 2001

Curso	Nota Máxima	NotaMínima para obtenção do conceito					Amplitude do conceito				
		A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Odontologia	64,5	58,7	56,3	51,4	48,9	40,3	5,1	2,2	6,7	3,7	9,8
Medicina	56,8	51,7	48,6	42,4	39,3	21,6	7,8	3,2	5,7	4,5	8,7
Direito	62,4	47	43,9	37,6	34,4	28,4	8,3	4,2	7,2	4,8	8
Med. Veterinária	62,5	50,5	46,5	38,4	34,3	29,1	3,4	4,7	10,7	3,6	2,4
Administração	57,4	37,1	34,2	28,4	25,5	8,1	16,7	5,5	5,3	3,7	12,8
Letras	61,6	42,3	38,2	29,9	25,7	13,8	13,9	4,8	6,5	3,7	23,4
Jornalismo	69,7	57,7	44,7	30,6	23,5	0,3	7,9	5,7	10,4	6,6	13,7
Engenharia Mecânica	55,9	36,9	32	22,2	17,3	8,3	8,6	7,5	6,2	4,8	11,4
Economia	50,8	31,4	28	21,2	17,8	10,2	19,2	6,3	4,7	3,3	18,1
Engenharia Química	64	44,7	40,5	32	27,7	16,1	6,8	4,3	10,1	5	2
Engenharia Civil	56,5	36,4	31,7	22,3	17,6	1	18,7	6,2	8,6	5	4,7
Engenharia Elétrica	70,2	53,1	47,7	36,9	31,5	0	19,7	10,1	16,4	6,4	6,3
Matemática	48,4	24,6	21,1	14,1	10,6	0	22,9	7,9	6,1	2,2	8,3

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC/2001

Observa-se na tabela 1 que, no ano de 1999, a nota mínima para o conceito “A” na área de Odontologia foi de 55,2, a nota máxima de 60,3 e a amplitude que separa a nota do curso com melhor desempenho da nota mínima para obter o conceito ‘A’ é de 5, 1 pontos. Por sua vez, na área de Matemática a nota mínima para o conceito “A” foi 30,2, a nota máxima 53,1 e a amplitude que separa a nota do curso com melhor desempenho da nota mínima para obter o conceito ‘A’ é de 22,9. Essas distorções também ocorrem nos anos de 2000 e 2001.

A adoção da nota média dos cursos como referência para comparar o desempenho dos cursos, em lugar da melhor nota da área, mostra que a performance na prova é discrepante nas diversas áreas. Por exemplo, em 1999 era necessário na área de odontologia ter-se um desempenho de 92% do curso mais bem avaliado nessa área para obter o conceito “A”, enquanto que na área de matemática para obter esse mesmo conceito era suficiente ter-se um desempenho de 57% do melhor curso avaliado nessa área. Nesse mesmo ano o curso com o pior desempenho na área de Odontologia teve desempenho de 52% do melhor curso dessa área, enquanto que o curso com o pior desempenho na área de matemática teve desempenho de 11% do melhor curso dessa área. Nas tabelas abaixo é apresentada a comparação em porcentagem entre a notas mínimas para obtenção dos conceitos “A”, “B”, “C”, “D” e “E” e a nota máxima de algumas áreas.

Tabela 4 – Comparação do desempenho com o melhor curso da área 1999

Curso	Nota Máxima	Porcentagem da maior nota				
		Nota Mínima para o conceito A	Nota Mínima para o conceito B	Nota Mínima para o conceito C	Nota Mínima para o conceito D	Nota Mínima para o conceito E
Odontologia	100%	92%	88%	77%	71%	54%
Medicina	100%	88%	83%	74%	66%	53%
Direito	100%	84%	76%	65%	57%	44%
Med. Veterinária	100%	93%	83%	60%	53%	48%
Administração	100%	73%	64%	56%	50%	29%
Letras	100%	73%	64%	52%	45%	0%
Jornalismo	100%	84%	72%	51%	37%	9%
Engenharia Mecânica	100%	78%	59%	44%	32%	3%
Economia	100%	64%	52%	43%	37%	2%
Engenharia Química	100%	79%	66%	34%	19%	12%
Engenharia Civil	100%	64%	52%	35%	25%	16%
Engenharia Elétrica	100%	72%	58%	34%	25%	16%
Matemática	100%	57%	42%	31%	26%	11%

Tabela 5 – Comparação do desempenho com o melhor curso da área 2000

Curso	Nota Máxima	Porcentagem da maior nota				
		Nota Mínima para o conceito A	Nota Mínima para o conceito B	Nota Mínima para o conceito C	Nota Mínima para o conceito D	Nota Mínima para o conceito E
Odontologia	100%	90%	87%	78%	74%	68%
Medicina	100%	91%	82%	72%	66%	35%
Direito	100%	80%	71%	61%	53%	44%
Med. Veterinária	100%	94%	84%	70%	64%	14%
Administração	100%	69%	62%	53%	47%	22%
Letras	100%	71%	62%	50%	44%	28%
Jornalismo	100%	83%	72%	50%	26%	0%
Engenharia Mecânica	100%	90%	76%	59%	47%	32%
Economia	100%	64%	51%	39%	34%	10%
Engenharia Química	100%	76%	59%	35%	25%	15%
Engenharia Civil	100%	60%	45%	30%	24%	5%
Engenharia Elétrica	100%	72%	53%	34%	27%	7%
Matemática	100%	37%	27%	23%	20%	17%

Tabela 6 – Comparação do desempenho com o melhor curso da área 2001

Curso	Nota Máxima	Porcentagem da maior nota				
		Nota Mínima para o conceito A	Nota Mínima para o conceito B	Nota Mínima para o conceito C	Nota Mínima para o conceito D	Nota Mínima para o conceito E
Odontologia	100%	91%	87%	80%	76%	62%
Medicina	100%	91%	86%	75%	69%	38%
Direito	100%	75%	70%	60%	55%	46%
Med. Veterinária	100%	81%	74%	61%	55%	47%
Administração	100%	65%	60%	49%	44%	14%
Letras	100%	69%	62%	49%	42%	22%
Jornalismo	100%	83%	64%	44%	34%	0%
Engenharia Mecânica	100%	66%	57%	40%	31%	15%
Economia	100%	62%	55%	42%	35%	20%
Engenharia Química	100%	70%	63%	50%	43%	25%
Engenharia Civil	100%	64%	56%	39%	31%	2%
Engenharia Elétrica	100%	76%	68%	53%	45%	0%
Matemática	100%	51%	44%	29%	22%	0%

Se o desempenho dos piores cursos de Odontologia fosse repetido nas outras áreas, os conceitos na sua grande maioria seriam “C” ou superior. Por sua vez, se o desempenho do pior “A” de Matemática for repetido nas outras áreas, a grande maioria dos conceitos seria “C” ou inferior.

Outro exercício que permite compreender o desnível de desempenho das áreas seria supor que os cursos de duas Instituições de Ensino Superior tivessem um desempenho equivalente a 65% do melhor curso da área. A primeira Instituição hipotética seria a Faculdade de Saúde Ana Manuela com os cursos de Odontologia e Medicina. A segunda Instituição hipotética seria as Faculdades Integradas João Antônio com os cursos de economia, engenharia civil e matemática. Com o desempenho acima a evolução das notas seria:

Faculdade de Saúde Ana Manuela

	1999	2000	2001
Odontologia	E	E	E
Medicina	E	E	E

Faculdades Integradas João Antônio

	1999	2000	2001
Economia	A	A	A
Engenharia Civil	A	A	A
Matemática	A	A	A

Apesar de as duas Instituições terem o mesmo desempenho, tomando como referência o melhor curso da área, as Faculdades Integradas João Antônio serão consideradas pela opinião pública como uma excelente instituição e a Faculdade de Saúde Ana Manuela será execrada pela opinião pública e pelos tecnocratas do MEC. A partir desses resultados hipotéticos torna-se patente o desnível do desempenho das áreas. Este fato pode ser resultante de inúmeros fatores, tais como,

- maior ou menor homogeneidade dos aspectos sócio-econômico dos graduandos de cada uma das áreas;
- provas elaboradas para captar ou não as diferenças entre os projetos pedagógicos dos diversos cursos;
- a maior ou menor qualidade dos cursos de uma área.

Apesar de o Provão ser uma prova de caneta e papel, a análise dos seus resultados junto com outros instrumentos de avaliação poderia mostrar parte dos problemas e das virtualidades do sistema brasileiro de Ensino Superior. Por exemplo, mostrar que há problemas sérios na área de Matemática no Brasil. Ou ainda, apontar as fragilidades de cada área: por exemplo, os conteúdos relativos a finanças são deficientes na área de Administração.⁵ Contudo, para que isso ocorresse, o objetivo do Provão e a política educacional para o ensino superior teriam que ser diferentes dos atuais. O Provão não poderia ter como maior objetivo a classificação das instituições. A política do ensino superior não poderia se resumir à expansão desordenada do ensino superior e a um hipotético controle pelo Estado das Instituições de Ensino Superior.

Considerações finais

Se a avaliação é uma forma de adequar as ações e os procedimentos das pessoas aos valores predefinidos, se o MEC está utilizando esse instrumento parcial de avaliação para criar o *vestibular* das instituições de ensino superior, então pergunta-se: as instituições sérias e com menor fama, ao serem forçadas a prestar o “Vestibular do Provão”, teriam outra alternativa que a de reforçar na prática pedagógica as distorções do Provão, em transformar a graduação em *cursinhos* para o Provão?

Apesar de o Provão ter levado muitas Instituições a se preocuparem com a qualidade dos seus cursos, ele é desserviço à sociedade brasileira.

Primeiro, por estar criando um currículo mínimo que dificulte a implantação de propostas pedagógicas alternativas;

Segundo, por criar a ilusão de que as deficiências do Ensino Superior se reduzem às das Instituições ‘D’ e ‘E’;

Terceiro, por premiar com um selo de qualidade as instituições que transformam os seus cursos de graduação em *cursinhos* para o Provão;

Quarto, por diminuir a importância de outros instrumentos de avaliação;

Quinto, por reforçar a idéia de que o papel único do Estado em relação ao Ensino Superior é o de apenas avaliar as Instituições

⁵ Tradicionalmente as questões de Administração Financeiras têm porcentagem menor de acerto que as outras áreas de Administração.

Referência Bibliográfica

- BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. in DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo (org.) **Universidade desconstruída**; avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. p.37-58.
- BRASIL, MEC, Estabelece critérios e procedimentos para a suspensão do reconhecimento e a desativação de cursos de graduação, e dispõe sobre a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários do sistema federal de ensino. Portaria nº 1.995 de 10 de setembro de 2001 **Diário Oficial da União** 11/09/2001.
- DIAS SOBRINHO, José, Avaliação institucional na perspectiva da Integração. *In*: DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo (org.) **Universidade desconstruída**; avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. p. 59-72
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Quantitativa, Avaliação Qualitativa: Interações e ênfases. *In*: SGUISSARDI, Valdemar.(org.) **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas/SP: Autores Associados, 1997. p 71-89.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais –INEP. Cursos apresentam desempenho satisfatório no Provão. Disponível em http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/educacaosuperior/provao/news01_49.htm acessado em 31/01/02.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Exame Nacional de cursos**: relatório síntese 1999. Brasília: O Instituto, 1999. 602 p.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Exame Nacional de cursos**: relatório síntese 2000. Brasília: O Instituto, 2000. 582 p.
- ROTHEN, José Carlos. Avaliação e política institucional: estudo dos indicadores “qualificação docente” na avaliação das “condições de oferta de cursos. 24ª Reunião da Anped disponível em <http://www.anped.org.br/24/tp1.htm#gt11>
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. Análise teórico-política do Exame Nacional de Curso. *In*: DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo (org.) **Universidade desconstruída**; avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. p. 149-179.
- SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do Ensino Superior. *In*: SGUISSARDI, Valdemar.(org.) **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas/SP: Autores Associados, 1997. 176 p. ISBN 85-85701-44-7.